



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**Linha de Pesquisa:**

Geografia Agrária

**JORDANA LOUISE DO NASCIMENTO**

**GEOGRAFIA E GÊNERO: A LUTA DAS MULHERES POR TERRA E POR  
EMANCIPAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DE PILÕES/PB**

Guarabira - PB

2017

JORDANA LOUISE DO NASCIMENTO

**GEOGRAFIA E GÊNERO: A LUTA DAS MULHERES POR TERRA E POR  
EMANCIPAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DE PILÕES/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
como Monografia para a obtenção do  
título de Licenciatura Plena em Geografia  
pela Universidade Estadual da Paraíba.  
Sob a orientação do Prof. Dr. Belarmino  
Mariano Neto.

Guarabira - PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244g Nascimento, Jordana Louise do.

Geografia e gênero [manuscrito] : a luta das mulheres por terra e por emancipação nos assentamentos de Pilões/PB / Jordana Louise do Nascimento. - 2017.

39 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Berlamino Mariano Neto, Departamento de Geografia - CH."

"Coorientação: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues, Departamento de Geografia - CH."

1. Gênero. 2. Reforma Agrária. 3. Luta de Classes.

21. ed. CDD 910

**JORDANA LOUISE DO NASCIMENTO**

**GEOGRAFIA E GÊNERO: A LUTA DAS MULHERES POR TERRA E POR  
EMANCIPAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DE PILÕES/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentada à banca examinadora da  
Universidade Estadual da Paraíba –  
UEPB, como requisito parcial para  
cumprimento do curso de Licenciatura  
Plena em Geografia.

Aprovada em 07/12/2017.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Orientador (Doutor em Sociologia UFPB)

Alfredo Paiva do Monte Rodrigues

Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

Co-orientador (Doutor em Geografia pela UFRN)

---

Prof.<sup>a</sup> Ms Livia Maria Serafim Duarte Oliveira

Examinadora (Mestre em Pedagogia pela UEPB)

Livia Maria Serafim Duarte Oliveira

Prof.<sup>a</sup> Ms Sharlene da Silva Bernardino

Examinadora (Mestre em Geografia pela UFPB)

Sharlene da Silva Bernardino

## **Dedicatória**

À todas as mulheres que lutaram almejando construir um novo caminho. À minha mãe, Dona Josefa Calixto, que é a mulher mais forte e guerreira que já conheci.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à uma grande amiga que esteve ao meu lado em todo o processo de construção do TCC: Lili teve toda a paciência comigo, me deu inspiração e me confortou nos momentos turbulentos. Muito obrigada, amiga! À minha família que esteve ao meu lado em todo momento. Às verdadeiras amigas que me deram muito carinho e amor, Loyze Nayma e Najila Martins. Ao irmão e família que ganhei quando cheguei na Paraíba, José Arimatéia da S. Araújo. Aos amigos que também estiveram presentes durante o processo de construção, Ramom Pontes, John Brito, Hiago Felipe, Lucas Ribeiro, mas conhecido como pig. A um grande parceiro, que me deu força nos momentos difíceis, sempre dizendo “você consegue migs, meta a sua mola e de o gás, você vai terminar esse TCC”, falo de Bruno Santos Soares: obrigada amigo! À Dona Lúcia, que sempre dava aquele salve na tapioca, quando eu estava falida. Ao meu eterno companheiro de lutas e de conquistas, Pedro Danilo Galdino. Às companheiras de vida e aos seus papos maravilhosos, as cervejas tomadas, as risadas dadas durante os momentos em que eu não aguentava mais olhar para este trabalho, Rhayssa Silveira e Gabrielly Costa. A um grande amigo e companheiro que ganhei na construção de CA (Centro Acadêmico) e por um DCE (Diretorio Central dos Estudades) democrático e participativo, Roberto Borges. A um companheiro de lutas, Igor Bento. À uma grande amiga, que levarei para o resto da vida, Tereza Ribeiro. Até hoje não entendo como todas essas pessoas me aguentaram falando todo o tempo sobre meu trabalho. Ao meu Co-orientador Leandro Paiva, que me deu um norte quando estava perdida. E por último agradeço ao meu orientador Belarmino Mariano, que apontou soluções nas dificuldades, iluminou minha mente e teve muita paciência comigo. Gratidão a todas e todos!

"Reforma Agrária não é só terra para plantar;  
é também semente, adubo, é financiamento  
para o agricultor sobreviver até a colheita. É  
o preço justo para vender a safra. É escola  
para nossos filhos. É casa pra morar e é  
assistência médica!"

(Elizabeth Teixeira, 2016)

"Eu não me vejo na palavra  
Fêmea: alvo de caça  
Conformada vítima  
Prefiro queimar o mapa  
Traçar de novo a estrada  
Ver cores nas cinzas  
E a vida reinventar"

(Francisco, El Hombre – Triste, Louca ou Má)

**Geografia - 043**

**TÍTULO: GEOGRAFIA E GÊNERO: A LUTA DAS MULHERES POR TERRA E POR EMANCIPAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DE PILÕES/PB**

**LINHA DE PESQUISA:** Geografia agrária

**AUTOR:** Jordana Louise do Nascimento – Matrícula: 131433695

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Berlamino Mariano Neto UEPB/CH/DG

**Co-orientador:** Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues UFRN

**EXAMINADORAS:** Prof<sup>a</sup>. Ms Lívia Maria Serafim Duarte Oliveira UEPB

Prof<sup>a</sup>. Ms Sharlene da Silva Bernardino UFPB

### **RESUMO**

A pesquisa foi desenvolvida na mesorregião Agreste e microrregião do Brejo paraibano, tratando sobre a Geografia e Gênero no contexto da luta das mulheres por terra e por emancipação política, em áreas de assentamentos do município de Pilões e Serrarias/PB. A intenção do trabalho foi construir esta rede conceitual, relacionando-a com autoras e autores que abordam a temática da discussão de gênero, luta de classes, reforma agrária. Cito como exemplo: Cisne (2015) que discute a relação de trabalho e divisão sexual, Saffiote (2015 - 2013), que trabalha com a luta de classes, Agacinski (1990) abordando a política dos sexos, Deere (2002), que discute a luta da mulher por terra e Mézères (2011) que discute a luta de classe incluindo a Mulher. A pesquisa tem como base principal a literatura feminina para discutir a questão de gênero. Fazendo um recorte e uma ponte da teoria com a prática, buscando construir um entendimento mais apurado sobre a dinâmica no P.A Florestan Fernandes e o P.A. Cajazeira a partir das lutas das mulheres para romper com as correntes de uma sociedade baseada na cultura do patriarcado e machismo para se firmarem como pessoas jurídicas, autônoma, e assim buscando sua emancipação.

**Palavras-Chave:** Gênero, Reforma agrária, Luta de classes.

**Geografia - 043**

**TÍTULO: GEOGRAFIA E GÊNERO: A LUTA DAS MULHERES POR TERRA E POR EMANCIPAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DE PILÕES/PB**

**LINHA DE PESQUISA:** Geografia agrária

**AUTORA:** Jordana Louise do Nascimento – Matrícula: 131433695

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Berlamino Mariano Neto UEPB/CH/DG

**Co-orientador:** Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues UFRN

**EXAMINADORAS:** Prof<sup>a</sup>. Ms Lívia Maria Serafim Duarte Oliveira UEPB

Prof<sup>a</sup>. Ms Sharlene da Silva Bernardino UFPB

### **ABSTRACT**

The research was carried out in the agreste mesoregion and microregion of the Brejo Paraibano, dealing with Geography and Gender in the context of the women's struggle for land and political emancipation, in the settlement areas of the municipality of Pilões and Serrarias / PB. The intention of the work was to construct this conceptual network, relating it with authors and authors that deal with gender, class struggle, agrarian reform, such as, for example, Cisne (2015), which discusses the relation of work and sexual division, Saffiote (2015 - 2013), who works with the class struggle, Agacinski (1990) addressing the politics of the sexes, Deere (2002), who discusses the struggle of women for land and Mézères (2011) that discusses class struggle including Women. The research has as main base the feminine literature, to discuss the question of gender. Making a cut of theory and practice, seeking to build a better understanding of the dynamics in PA Florestan Fernandes and PA Cajazeira, women's struggle to break with the currents of a society based on the culture of patriarchy and machismo, to stand as legal persons, and thus seeking an emancipation.

**Keywords:** Gender, Land reform, Class struggle

## LISTA DE FIGURAS E MAPA

<b>Figura 1</b>	Mapa da área estudada.....	28
<b>Figura 2</b>	As mulheres organizadas e realizando a raspagem da mandioca.....	30
<b>Figura 3</b>	Associação do P.A. Florestan Fernandes.....	32
<b>Figura 4</b>	Dona M.S. realizando o trabalho doméstico, lavando a roupa da família...	33

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
<b>P.A</b>	Projeto de Assentamento

Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. Análise crítica sobre a construção da sociedade na divisão de classes e gêneros</b> .....	17
<b>3 CONTEXTO HISTÓRICO DA MULHER NA LUTA POR TERRA NA PARAÍBA</b> .	22
<b>4 A REALIDADE DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM PILÕES E SERRARIA/PB</b> .....	27
4.1 A história de luta das mulheres do P.A. Florestan Fernandes em Pilões/PB .....	29
4.2 Mulheres, terra e trabalho no P.A. Cajazeiras, em Serraria/PB.....	33
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERENCIAIS</b> .....	37

# 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso foi realizado na Paraíba, no município de Pilões, localizado na mesorregião do agreste e na microrregião do brejo paraibano. O estudo que foi desenvolvido nessa região tem como finalidade retratar a luta da mulher para se firmar como agente ativo do meio, a questão social em que está inserida, a sua luta em busca da emancipação política e, como a sua entrada efetiva, livre das amarras do machismo e do patriarcado na luta por terra e para manter o assentamento, fortalece o movimento agrário. (DEERE 2002)

Esse estudo teve como base principal o projeto de pesquisa “QUESTÃO AGRÁRIA E PROPRIEDADE DA TERRA NA SERRA DO ESPINHO, PILÕES/PB, ENTRE OS ANOS DE 1995 A 2015.”, coordenado pelo prof. Dr. Belarmino Mariano Neto e o Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues, cadastrado no CNPq, cota do PIBIC/UEPB 2016/2017, no qual participei enquanto aluna bolsista do projeto de Iniciação Científica. No decorrer da pesquisa abre-se um capítulo sobre a questão da luta da mulher no campo, buscou-se relacionar a teoria com a prática através de aulas de campo com destino aos Projetos de Assentamento em Pilões-PB.

No meio agrário observa-se a disparidade na relação e a desigualdade entre mulheres e homens. Esse fato ocorre devido a propagação cultural do machismo, logo há doutrinação do sexo feminino, levando-lhe a acreditar na incapacidade de agir como seres pensantes. A consequência disso é o fato da mulher isentar-se de ser agente politicamente ativa. É dado a ela a tarefa de manter o lar sempre organizado e cuidar das crianças, enquanto os homens têm como tarefa liderar a família e trazer a principal renda, tal fato faz com que as mulheres sejam excluídas de tomar decisões que lhe seriam privadas (CISNE 2015).

Segundo Butler (2015) a mulher era malvista, considerando a condição cultural difusa, onde a essa não era representada. Partindo desse pressuposto, não era considerada capaz de pensar por si própria. Com base nessas indagações ela passa a ser um sujeito à margem das decisões políticas. O principal desafio encontrado pela mulher camponesa no contexto agrário é lutar para conseguir transpor as barreiras da cultura machista e identificar-se enquanto pessoa política, capaz de opinar e pensar por si só.

Não foi um caminho fácil para que as mulheres tivessem o Direito de ter acesso à terra. Durante muito tempo as terras encaminhadas para a reforma agrária eram destinadas apenas para o chefe de família, que no caso era representado pela figura do homem. Dessa forma, as mulheres só teriam acesso à terra se fossem casadas com um homem. Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a mulher pôde ter aquisição das terras da reforma agrária, todavia esse fato não aduz que as terras passaram a ser distribuídas de forma igualitária. As mulheres ainda são minoria no que se refere a propriedade de lotes ou a condição de líderes dos assentamentos.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a situação da mulher no cenário agrário paraibano, a princípio no município de Pilões-PB; retratar o seu protagonismo e a sua luta para se emancipar politicamente, identificando-a enquanto agente modificadora e ativa do meio social em que vive.

A importância deste trabalho se dá pela possibilidade de discussão destas manifestações, a partir da relação do pensamento político da emancipação da mulher e de perspectivas sociais em que está inserido seu protagonismo no movimento agrário, onde busca-se articular um pensamento crítico com o meio cultural e sociedade em que interage. O escopo, portanto, é levantar o protagonismo da luta da mulher no campo com a busca de se autoafirmar enquanto sujeito ativo do meio.

O foco é entender e expor a luta das mulheres para se emanciparem politicamente diante de uma sociedade impregnada com a cultura do machismo, analisando a perspectiva da divisão entre a luta de classes, onde uma domina a outra e que por consequência aumenta a disparidade entre a relação de gênero. Segundo Mézáros (2011, p. 272) “A emancipação das mulheres exige uma ordem social qualitativa diferente”, ou seja, uma ordem de equiparação, onde não haja a divisão entre os gêneros e as de classes.

Outro aspecto do estudo foi a abordagem da luta de classes e a relação de trabalho da mulher para conseguir uma renda no meio agrário. Apesar de ser imposto a sua submissão diante do sexo masculino, as mulheres sempre desenvolveram mecanismos para conseguir uma renda para a família, seja trabalhando como lavadeira, faxineira, cortadora de cana de açúcar ou trabalhos com um maior “prestígio” social. As mulheres chegam a receber 28% a menos em relação aos homens, sendo geralmente maior essa diferença quando a referência

são as mulheres do meio rural e negras, segundo o que aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2013). Hoje as mulheres no campo se organizam entre si, em associações comunitárias, desenvolvendo projetos econômicos dentro dos assentamentos.

Segundo Agacinski (1999, p.25) “até o momento os homens fizeram a história e a história das mulheres desenvolveu-se à margem. Somente hoje é que, timidamente, a história vai se tornando mística”. É necessário conhecer a história das mulheres que lutaram por acesso à terra e pelos seus direitos dentro de uma sociedade de classes que favorecem uns e marginalizam a outros.

Para compreender melhor as interações da mulher no cenário agrário houveram levantamentos por meio de questionamentos sobre a forma que se dá a interação desta, como as suas histórias são marginalizadas, apagadas, e diminuídas; os motivos pelos quais esses fatos ocorrem, e por fim, como a luta das mulheres modificam o meio social em que vivem.

A partir desses levantamentos foram feitos questionamentos, a exemplo de: Qual é a importância da identidade da mulher enquanto sujeito ativo? O estudo sobre fatos históricos e geográficos sobre a luta das mulheres e entre classes sociais são importantes para o meio social que se vivencia atualmente?

Em uma sociedade onde mulheres são educadas para serem passivas/submissas e os homens para dominar, percebe-se que como consequência a mulher passa a ser excluída do meio em que vive, uma vez que, conforme constatado, é ensinado a incapacidade do sexo feminino de agir como ser pensante capaz de tomar decisões (AGACINSKI,1999).

O trabalho se estruturou em cinco momentos. O primeiro foi uma introdução sobre o estudo a ser abordado; o segundo, os aspectos metodológicos e uma análise sobre a construção da sociedade moldada por padrões patriarcais, machistas e sobre a divisão da sociedade condicionada ao modelo de divisão de classes; o terceiro momento é a busca pelo resgate da luta das mulheres por terra; no quarto ponto será averiguada a realidade das mulheres nos municípios de Pilões e Serraria-PB; o trabalho é conclusivo com as considerações finais sobre a pesquisa.

A metodologia do trabalho é referencial e empírica. No primeiro momento foi realizado o levantamento do referencial teórico, embasado em obras que abordam a discussão sobre a temática de gênero, reforma agrária e luta de classes e por esta razão houve um diálogo constante com acontecimentos históricos e problemas

cotidianos. De maneira resumida, o caminho percorrido da pesquisa foi dividido da seguinte forma: No primeiro momento apresentou-se uma crítica sobre construção da sociedade sob os moldes da divisão de classes e de gêneros, em seguida analisou-se a luta da mulher por acesso à terra, logo após foi feita a análise da questão política da mulher na luta pela reforma agrária no município de Pilões-PB.

Também se realizou a discussão sobre a luta da mulher para se emancipar politicamente, dentro de uma sociedade que tem como cultura a exploração da forma de trabalho das mulheres, o processo de alienação que a mulher sofre, que a torna, não por opção, submissa e assim passa a ser vista como objeto a ser dominada. Foi abordada a luta da mulher dentro da reforma agrária, a sua busca para sair do domínio domiciliar que pertence ao homem, e da submissão para se inserir dentro das questões políticas do assentamento.

No último momento foi feita uma reflexão sobre a importância da emancipação política da mulher e, de como a inserção dela na luta pela reforma agrária traz benefícios para a conquista da terra e movimenta a economia dos assentamentos do município de Pilões-PB. Estes momentos foram de extrema relevância para a pesquisa, pois abarcou de uma maneira ampla à luta da mulher apresentando exemplos históricos, que trazem à tona a potência política do processo de emancipação.

A parte empírica do trabalho foi desenvolvida por pesquisas de campo evidenciando o município de Pilões-PB, tendo como principal objetivo expedições aos PA's e assentamentos. Os trabalhos de campo foram realizados para o reconhecimento do local de estudo e para compreender melhor a dinâmica da mulher no assentamento. O levantamento de dados foi realizado através de entrevistas semiestruturadas, sendo essas gravadas e autorizadas pelas entrevistadas e os entrevistados. Os assentamentos que foram visitados são: P.A. Cajazeira; P.A. Florestan Fernandes.

As expedições foram de indispensável importância para o desenvolvimento da pesquisa, pois, a partir delas que pôde-se relacionar a teoria com a prática, além de compreender melhor a dinâmica e a relação da mulher dentro dos assentamentos e no movimento agrário. A dificuldade encontrada por estas para se desvincular do meio domiciliar, imposto a elas, e passarem a identificarem-se como agentes autônomas e modificadoras do meio em que vivem.

Na pesquisa se optou pelas trajetórias de vida <sup>1</sup>de camponesas que vivem e trabalham em Projetos de Assentamentos, convivem em comunidades rurais, onde o machismo e a intolerância são marcantes, quando se trata de relações de igualdade. Nem todos os homens estão preparados para aceitar a mulher como protagonista da história de luta, não apenas pela terra, mas também pelos direitos de igualdade entre homens e mulheres.

A pesquisa teve como finalidade o resgate da história oral dos conflitos a partir da realização de entrevistas com as/os personagens sociais envolvidas/os (trabalhadoras e trabalhadores, representantes dos movimentos sociais, de entidades, entre tantas outras coisas); identificação das formas de organização econômica, social e política dos assentamentos, originados dos conflitos, a partir do levantamento das informações através de entrevistas e da experiência de vivência no meio; a identificação das formas de vida nos assentamentos e de moradoras e moradores locais, através da realização de entrevistas; a abordagem das perspectivas de futuro das/os trabalhadoras e trabalhadores durante o conflito e depois da instalação dos assentamentos, através da realização de entrevistas e da aplicação de questionários

## **2. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE NA DIVISÃO DE CLASSES E GÊNEROS.**

De acordo com Denis Collin (2010), a sociedade tem como base principal a divisão entre classes, esse fato ocorre principalmente devido ao modo econômico capitalista. Hoje com a face do capitalismo neoliberal, que tem como base a exploração e a divisão entre as classes. Amparado pela a força do Estado, ele adentra nas vidas das trabalhadoras e trabalhadores impondo um modo de produção exploratório e auto alienante.

Com o desenvolvimento dos antagonismos de classes, o Estado se torna, cada vez mais o órgão de dominação de uma classe. Por isso o estado capitalista é um puro instrumento de dominação de classe. Pois o estado não pode fazer outra coisa se não defender os interesses da classe capitalista (COLLIN, 2010 p. 237).

---

<sup>1</sup>“A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de condução do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo. (ROSA; ARNOLDI 2006 p17).

Para o autor, o Estado tem como principal objetivo manter o capitalismo vivo, pois é através dele que lucra e detém/mantém o poder nas mãos de poucos. A divisão entre as classes faz parte do processo de dominação, pois o Estado ampara uma pequena parcela enquanto marginaliza a maior parte da população, buscando a exploração da força de trabalho da massa trabalhadora. Como consequência desse fato vemos uma grande disparidade entre as classes, gerando uma pirâmide hierárquica exploratória de dominação e de auto sabotagem para o desenvolvimento social. O Estado não dá a estrutura de desenvolvimento adequada para a população.

O principal objetivo do Estado capitalista é manter as classes separadas e propagar as diferenças entre elas. Para Karl Marx (2008 p.27) “Toda luta de classe, contudo em suma, é uma luta política”. Os agentes sociais são excluídos e marginalizados pelo o sistema capitalista, logo passam a ser apenas um braço mecanizado do Estado, e assim delimitando as ações da classe proletária, afundando-a em uma profunda alienação.

Contando com esses pressupostos pode se concluir que o Estado tira o privado das pessoas e as transformam em posse, ou seja, retira o direito de serem agentes políticos ativos e as transformam em pura massa de manobra alienada. Para Veloso (2001), nas mulheres o processo de submissão, alienação e exploração se torna mais acentuada, pois ela é vista apenas como propriedade de alguém, sendo esses: o próprio Estado que as submetem e acentua mais a forma de exploração; assim como pelo o seu pai, irmão ou marido.

O Estado detém, indiretamente, um importante papel na opressão da mulher, por meio do seu apoio a uma forma particular de lar: ‘o lar depende amplamente de um salário masculino e do serviço doméstico feminino’, modelo relacionado, por sua vez, à reprodução capitalista, na medida em que é funcional à reprodução da classe trabalhadora e à manutenção das mulheres como um exército de reserva de mão de obra. Ao realizarem trabalhos domésticos não remunerados e ao serem amplamente responsável pelos cuidados com os filhos, as mulheres estão realizando funções que são essenciais para um funcionamento contínuo e uniforme do sistema capitalista (VELOSO, 2001, p.84).

O autor faz compreender que a construção da sociedade sobre os pilares capitalistas baseada em uma pirâmide hierárquica de poder, interferem diretamente na vida das mulheres, pois elas são limitadas e intimidadas pelo poder proporcionado ao homem pelo Estado. Devido a esses fatos a mulher é colocada em

uma situação de exploração tripla, onde é lançada ao mercado, em trabalhos de baixa remuneração e de baixos “prestígios”, além de ser obrigada a manter o lar sempre impecável, tanto na manutenção de higienização da casa como na educação e formação das crianças.

São as mulheres que muitas vezes são obrigadas a levarem suas crianças para o trabalho, pois o Estado não oferece uma boa estrutura educacional para a população, sendo excluídas das formações políticas e de se inserirem ativamente em atividades e projetos para a sua autoconstrução como agente ativa e modificadora do meio.

A não valorização do trabalho faz com que muitas mulheres não se percebam como trabalhadoras, não construindo, portanto, a identidade com a sua classe. Isso faz com que algumas mulheres se acomodem, não se organizem e nem participem politicamente das lutas da classe trabalhadora. Deixam também de assumir cargos em associações, sindicatos ou na direção de movimentos sociais, o que contribui diretamente com o capital, pois significa menos pessoas em confronto com este sistema (CISNE, 2015, p.122-123).

Assim como o Estado visa os interesses da classe capitalista, ele acaba por projetar o processo da alienação<sup>2</sup> do indivíduo, onde as próprias mulheres passam a acreditar que não são capazes de exercer alguma função, até mesmo de se tornar um agente político. Tornando-as passivas do meio e enclausurando-as em um ambiente domiciliar. São impostas várias restrições, a partir de quais não possuem (as mulheres) o livre arbítrio de tomar decisões que seriam privadas delas.

Segundo Agacinski (1999 p.69), a mulher é fabricada pela história, enclausurada em um papel convencionado, obrigada a se submeter à condição de objeto e à passividade que a sociedade lhes impõe. Mas por trás dessa mulher fabricada existe uma segunda mulher natural, que já é alienada. O fato de serem vistas como inimigas, por parcela dos homens, apenas pelo fato de serem mulheres, as colocam em uma posição inferior na pirâmide hierárquica, logo são vistas como uma classe a ser dominada e explorada de todas as formas possíveis.

A autora Saffioti (2015 p.37) afirma que as mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e o uso da razão e no exercício do poder. (...) “Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos,

---

<sup>2</sup> Segundo o autor Denis Collin, “A doutrina hegeliana é a própria alienação da essência política visto que aquilo que subsiste por si mesmo é transformando em simples predicado, pois o sujeito é transformado em objeto, em sujeito”. COLLIN, 2010 p.43.

apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem”. A maneira como o Estado interfere na educação da população, reflete diretamente no comportamento de interação social das/dos indivíduos, tornando as mulheres submissas e os homens dominantes e superiores.

As mulheres são educadas para se adaptarem e reprimirem suas vontades, passando a se submeterem as condições e imposições colocadas a elas pela sociedade patriarcal. Pode-se apresentar como exemplo a dinâmica da forma de trabalho entre mulheres e homens, quando um homem trabalha é dado a ele o título de provedor familiar, é quem a mantém, já a mulher quando trabalha o título que recebe é de ajudadora do lar, ou seja, ela não traz uma renda financeira efetiva, ela traz uma ajuda, logo ela não é a provedora da família.

A construção da sociedade em cima de pilares patriarcais e machistas, formam culturas sociais que impregnam os lares das mulheres com leis/ordens que nada possuem de favorável para oferecê-las.

O recurso à comparação da condição da mulher em estruturas sociais de tipo diverso auxilia, contudo, a superar essa dificuldade, indicando até que ponto a inferiorização social da mulher decorre de uma necessidade estrutural do sistema capitalista de produção ou da mera persistência de uma tradição cultural, na qual a mulher representa um ser submisso, ou ainda de uma redefinição dessa tradição, tendo-se em vista seu emprego racional como meio para a consecução de fins como o confinamento, no lar, de uma mão de obra que o sistema produtivo dominante não tem capacidade de absorver (SAFFIOTI, 2013, p. 45).

O sistema dominante capitalista possui uma parcela de culpa na exclusão da mulher como ser político, pois ele abraça, implanta e propaga, a cultura de submissão e de apropriação da mulher na sociedade que o cultua, como uma lei para a sobrevivência do capital, uma vez que é muito cômodo para o Estado mantê-las como mão de obra sem nenhum tipo de remuneração, sendo esse o trabalho doméstico e de criação das crianças, ou com baixos salários.

Segundo Cisne (2015 p.124) “Sem o trabalho doméstico não remunerado, o Estado capitalista teria que arcar, por exemplo, com restaurantes, lavanderias e escolas públicas em tempo integral em grande escala, de modo a atender à massa da classe trabalhadora”. Como o Estado não tem interesse de arcar com essas demandas ele se omite e passa a cultuar uma sociedade patriarcal e machista.

Para Marx (2008, p. 15), a burguesia/capitalismo, busca mecanismos para submeter as nações, obrigando-as a adotarem o seu modo de produção, “força-as a introduzir a assim chamada civilização, quer dizer, se tornarem burguesas. Em suma à sua imagem e semelhança”. O capitalismo implantou um sistema social da alienação, baseado na propriedade privada dos meios de produção e na hierarquia social do trabalho, e com isso submetendo o ser sujeito a um sistema de centralização de poder, onde as classes com maior vulnerabilidade, principalmente as das mulheres, não terão acesso ao poder, pois estará na base inferior da pirâmide hierárquica-econômica-social.

A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito ao contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitem à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (SAFFIOTI, 2013 p. 67).

A autora deixou claro que a exploração da força do trabalho da mulher se torna mais intensificada do que a do homem, levando em consideração que a sua jornada de trabalho chega a ser tripla, pois além de trabalhar para o mercado, ela trabalha no serviço doméstico e na criação das crianças em casa sem remuneração, e no período da noite ela se ver obrigada a saciar o prazer do homem. Toda essa imposição “jogada” no colo das mulheres, faz com que sofram, um processo de alienação que as obrigam a realizarem essas atividades (pelas mulheres), sem questionarem. Tudo isso em nome do bem-estar da família tradicional.

É notável a existência de barreiras onde as mulheres não são consideradas agentes sociais pensantes, por isso é dado a elas trabalhos de “baixo prestígio” com pouca remuneração, e quando exercem as mesmas funções que homens recebem menos pelo fato de não serem consideradas capazes de terem o mesmo raciocínio. Logo é doutrinado para o sexo feminino a incapacidade de agirem como seres

pensantes e são usurpadas da emancipação política dentro da sociedade (MÉZÁROS, 2011).

As mulheres são educadas para se adaptarem e reprimirem suas vontades, passando a aceitar as imposições lhes colocadas. A luta da mulher para se inserir no contexto político ocorre desde o período em que ela foi considerada inferior e vista apenas como um objeto a ser manipulado pelo homem, levando em consideração a formação política que cada gênero é doutrinado a seguir. Contudo, é ensinado/imposto que a sociedade baseada nas divisões de classes e patriarcal, coloquem o homem como centro da formação social, logo o centro da política. Foi estabelecido que apenas o sexo masculino tem o direito a opinar politicamente (SAFFIOTI, 2013).

Para Saffioti (2013 p. 66), “A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher”. Para que a mulher consiga atingir a sua liberdade/emancipação é necessário o rompimento com o modo de vida exploratório capitalista, pois se ele persistir, o Estado irá favorecer tão somente o que gerar mais lucro. Dando continuidade à opressão e as formas de exploração.

As mulheres camponesas em áreas de assentamentos marcam trajetórias de vidas diferenciadas, quando comparadas com outras mulheres camponesas, que vivem em comunidades tradicionais dos territórios rurais, em muitos casos, as mulheres assentadas, experimentaram a luta pela terra e se envolveram com atividades coletivas, ficando marcadas por debates os mais variados, reuniões, exposição de opiniões, escolhas e decisões políticas para nas quais as mulheres estão inseridas.

Contudo, a imposição colocada pela sociedade patriarcal, onde o homem é o agente ativo, não afundou as mulheres em uma profunda ignorância e submissão. Direcionando-se para o campo ou meio rural, nota-se que a mulher camponesa mesmo encontrando dificuldades em suas buscas para se inserirem no contexto político, elas lutam e escrevem as suas histórias, buscam forças para se emanciparem politicamente e assim se tornarem seres ativos, pensantes e agentes modificadores do meio social em que vivem.

### **3 CONTEXTO HISTÓRICO DA MULHER NA LUTA POR TERRA NA PARAÍBA**

Foi a partir da nefasta herança histórica que surgiram as primeiras disputas por terras e como consequência gerou-se os conflitos pela questão agrária. Segundo Stédile (2005) o conceito de questão agrária pode ter várias explicações que vai de acordo com a forma que ele é utilizado para ser explicado ou aplicado:

Na literatura política, o conceito "questão agrária" sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito "questão agrária" é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão "questão agrária" para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na História, o termo "questão agrária" é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra (Stédile, 2005 p.15).

Percebe-se pela citação de Stédile (2005) a abrangência de significado do conceito questão agrária, sendo possível pensa-lo sobre a perspectiva do poder, das relações sociais e de luta de classes, da ocupação do território e das mudanças históricas. A questão agrária é ampla em seu significado e também na abrangência de objetos de estudo. Contudo, será analisada a delimitação dada por Stédile e será trabalhado “o conceito de ‘questão agrária’ como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STEDILE, 2011, p. 15). O campo brasileiro é cercado por contradições, disputas por terras e diferença entre as classes.

O tema da posse e da utilização da terra mostra a desigualdade em que se encontra a questão agrária. Por sua vez, tal desigualdade gera inúmeros conflitos violentos em torno da terra. Os principais atores da questão agrária, trabalhadoras e trabalhadores sem terra e latifundiários, acabam entrando em litígio, produzindo uma verdadeira luta de classes<sup>3</sup>, por inúmeros fatores, dentre as quais se destaca a

---

<sup>3</sup> O conceito de luta de classe foi desenvolvido através do pensamento do filósofo alemão Karl Marx, onde ele constata que “opressores e oprimidos estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito.” (ENGELS; MARX, 2008, p.8).

seguinte: a parcialidade do Estado. Os grandes latifundiários estão amparados “pelo braço repressor do Estado representado pela polícia especialmente nos processos de reintegração de posse das áreas ocupadas” (LIMA; AMORIM; THOMAZ JR. 2008, p. 6). Porém, não estão amparados apenas pela força policial, mas pela economia capitalista voltada aos grandes produtores. Por estas razões os grandes produtores têm maior acesso à terra.

Dentro deste contexto de parcialidade por parte do Estado brasileiro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros, acabam ficando em uma situação de dificuldade. Nas palavras de Lima, Amorim e Thomaz Júnior (2008, p. 7): “A partir do processo de precarização dos assentamentos e acampamentos e do próprio trabalho dos agricultores surgem os conflitos entre as classes no campo seguidos pela violência.” A desigualdade encontrada entre assentamentos/acampamentos e latifúndios, gera conflitos que põem em questão a utilização e distribuição das posses de terras.

A forma desigual como a terra é distribuída, socialmente, reflete diretamente nas relações de poder dentro do cenário agrário. Levando em consideração a divisão entre os sexos, feminino e masculino, e a imposição que o homem, amparado pelo o braço do Estado, exerce sobre a mulher. De acordo com Cisne (2015 p.138) A falta de poder de decisão, de autonomia das mulheres está, pois, vinculada, ou melhor, determinada pelos imperativos absolutos e os ditames do sistema patriarcal-capitalista. Tomando como base essa afirmação, podemos considerar que o próprio Estado submete a mulher a não ter o poder de decisão.

O acesso à terra foi negado durante muito tempo às mulheres, antes as terras que eram direcionadas para à reforma agrária destinavam-se exclusivamente aos homens, pois as mulheres não eram consideradas capazes para administrar a terra e muito menos ser chefe de família. Para Deere (2002), era considerado normal a perda de terra quando o homem falecia, a viúva era despejada sem nenhum auxílio ou quando o seu marido a deixava, e assim a expulsando da terra. Para que ela tivesse acesso à terra era necessário que estivesse ligada a um homem, sendo ele pai, irmão ou marido.

Segundo Deere (2002) não era incomum para as mulheres que enviuvavam com crianças pequenas perderem o seu direito a permanecer no assentamento de reforma agrária. Para que a mulher pudesse permanecer na terra ela precisaria ter um filho, do sexo masculino, mais velho, pois seria ele que iria administrar a terra e a

família, contudo essa garantia era por pouco tempo, pois quando o filho casasse e constituísse uma nova família, a mãe, a viúva, perderia o direito de residir no assentamento.

A mulher no campo se depara com a cultura do machismo e do patriarcado, em que as explorações de suas atividades são mais acentuadas, esse fato ocorre devido as estruturas tradicionais familiares que impõem uma relação de dependência das mulheres, ou seja, as relações de poder, sendo essas criadas em uma sociedade de classes desigual que tem como característica a exploração e a transformação da mulher em objeto.

Segundo Cisne (2015, p.119), “analisar a exploração do capital sobre a força de trabalho exige perceber a particularidade da exploração do trabalho da mulher. Essa exploração não se dá de forma diferente e, sim, acentuada com relação à exploração do homem”. O modo de exploração e de repressão às mulheres tem como consequência o impedimento da sua participação na luta pela reforma agrária por muitas vezes.

Foi apenas com a nova Constituição Federal de 1988 que a mulher passou a ter Direito sobre a posse de terras destinadas a reforma agraria, sendo ela independente da sua condição civil. Contudo, esse fato não democratizou a distribuição de terras, as mulheres ainda continuam sendo minorias como proprietárias de terras. Em 2003 com uma nova portaria do Incra nº 981/2003 que se efetivou a obrigatoriedade de titulação pelos lotes de assentamentos serem feitos de forma conjunta. Ainda de acordo Butto; Emmanuela,

A Portaria do Incra nº 981/2003 tornou obrigatória a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal em situação de casamento ou de união estável. Conquista da Marcha das Margaridas daquele ano. No caso de separação e em que a terra está em processo de titulação a área fica com a mulher, desde que ela tenha a guarda dos filhos, em respeito ao código civil. No caso de separação, os homens ou as mulheres devem requisitar outra vez o acesso à terra e são os/as primeiros/as beneficiados/as com a criação de novos assentamentos da reforma agrária. Se houver uma falsa separação, a atitude será considerada fraude e sofrerá as penas previstas em lei. (2008 p. 29)

A exclusão do acesso à terra por parte das mulheres acarreta consequências, dessa forma não possuir terra resulta no fato de não ter acesso as políticas de desenvolvimento, logo as mulheres ficam excluídas das produções e das decisões nos assentamentos. Como decorrência as mulheres assentadas e agricultoras

familiares, são limitadas a sua casa, assim atuando nos quintais para garantir o autoconsumo de suas famílias. Por não possuírem a uma renda monetária, as mulheres permanecem invisíveis na economia dos assentamentos (Butto, Emmanuela. 2008)

A condição social e hierárquica imposta às mulheres pelo próprio Estado e modo econômico capitalista, as colocam em uma posição de inferioridade, é como se o ser feminino não tivesse a capacidade de agir e pensar por si só. Para Karl Marx (2006) existe uma ordem paradigmática do poder patriarcal absoluto dos homens sobre a suas esposas e de sua atitude de possuidores zelosos de uma propriedade privada. Segundo Danièle Kergoat,

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (política, religiosas, militares etc.) (2009 p.67)

Há um processo de desumanização da mulher, é como se fosse arrancado delas o título de se tornar humana, em que não pode possuir uma individualidade própria/privada. A sua identidade passa ser o homem, a casa, o seu próprio corpo, o qual é visto e utilizado apenas com o objetivo de procriação da raça humana ou para dá prazer ao homem, além de carregar a culpa que traz só pelo fato de ter nascido com o sexo biológico feminino, subjugada como um sexo frágil.

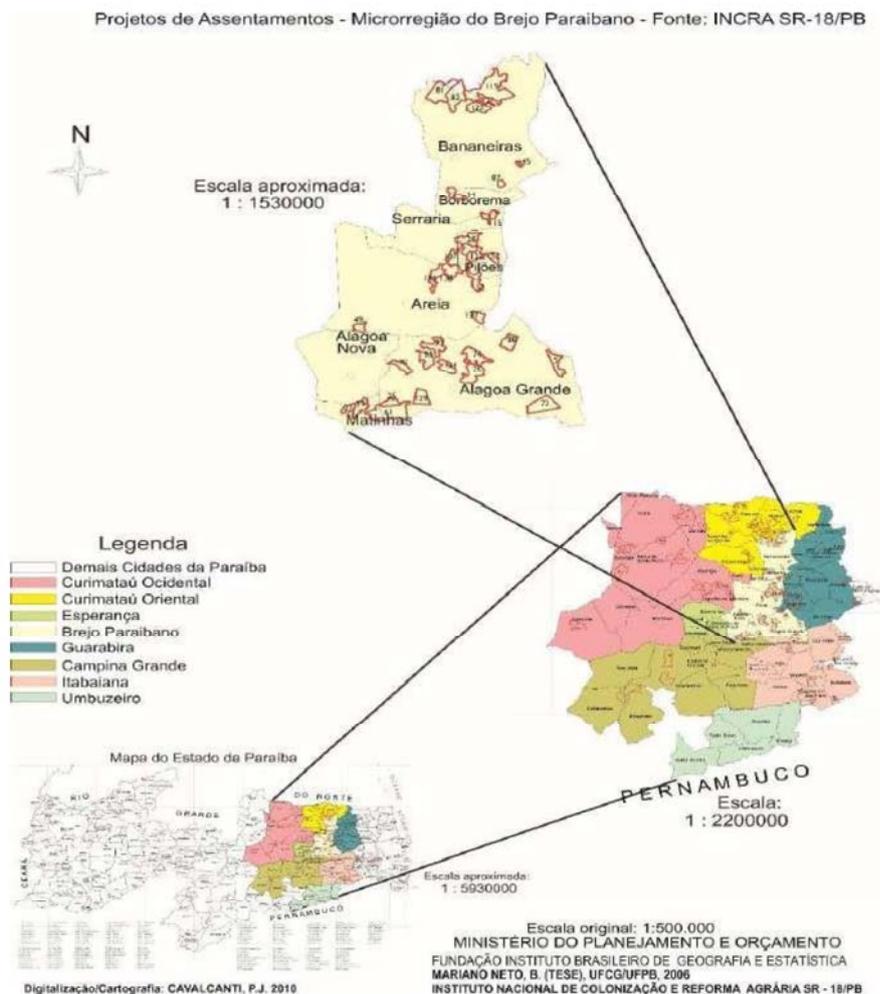
Vários exemplos de mulheres que buscaram/conseguiram alcançar o livre arbítrio de pensar por si só e lutarem pelo que acreditavam. No cenário da Paraíba (Região nordeste do Brasil) podem-se citar vários exemplos, como o da Margarida Maria Alvez, presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Alagoas Grande, ela foi assassinada na frente do marido e dos filhos, na porta de sua casa, no dia 12 de agosto de 1983 em Alagoas Grande-PB, por lutar pela classe trabalhadora. Maria da Penha do Nascimento mais conhecida como Penha, ela substituiu Margarida Maria Alvez na presidência do sindicato, faleceu em um acidente de carro que na época foi considerado suspeito.

Elizabeth Teixeira foi líder das ligas camponesas de Sapé-PB durante o período de 1962 a 1964, saindo da liderança devido o golpe militar dado em 1964. Elizabeth chegou a passar quase três meses presa, sofreu tortura psicológica, logo

depois de ser solta se exilou, pois sabia que seria presa novamente, hoje Elizabeth é viva e reside em João Pessoa-PB. Esses são apenas alguns exemplos de mulheres que saíram do padrão imposto a elas e se emanciparam politicamente.

#### 4. A REALIDADE DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM PILÕES E SERRARIA/PB

Primeiramente foi feita uma caracterização geral da área de estudo, em seguida se trabalhou com as vozes das mulheres em contextos da vida e do trabalho na zona rural. Também ouviu-se algumas vozes masculinas sobre as mulheres assentadas (Figura 01):



Fonte: MARIANO NETO, 2010. Projeto Territórios de Esperança no Agreste Paraibano.

Este capítulo tratou sobre os resultados e discussões da pesquisa, tendo como recorte a luta das mulheres camponesas no contexto territorial de dois assentamentos, entre os municípios de Pilões, Serraria, no Brejo paraibano. Assim,

estrutura-se o capítulo em dois subcapítulos, a partir do contato direto com as camponesas do Assentamento Florestan Fernandes em Pilões/PB e do Assentamento Cajazeiras em Serraria/PB.

#### 4.1 A HISTÓRIA DE LUTA DAS MULHERES DO P.A. FLORESTAN FERNANDES EM PILÕES/PB.

O P.A. Florestan Fernandes era o antigo Engenho Porções, que faliu, por volta do ano de 2010, fato que possibilitou que essas terras fossem destinadas para a reforma agrária. Segundo as moradoras e os moradores, o antigo dono da terra, o Senhor J.L, tinha como objetivo vender as terras e largar os trabalhadores à própria sorte. Para que a terra fosse distribuída entre os trabalhadores do Engenho foi necessário que o MST ocupasse junto com as trabalhadoras e os trabalhadores. Cada morador ficou com 7,5 hectares. Hoje o P.A. possui 11 anos e conta com 41 famílias.

Das 41 famílias assentadas, apenas duas dessas possuem no cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o nome de mulheres. Mesmo com a Constituição Federal de 1988 e com a nova portaria do INCRA de 2003, as mulheres ainda continuam sendo minorias assentadas. Poucas conseguiram ter a posse da terra. Segundo o Senhor J.G.S, de 61 anos, apenas duas mulheres tiveram o seu nome como proprietárias das terras pelo INCRA, ressaltando que a terra não ficou apenas no nome delas, mas também dos seus maridos, como posse conjunta, os demais lotes foram distribuídos entre os homens. Apesar de as mulheres terem participado ativamente da ocupação pelo o direito sobre a terra do antigo Engenho Porções, foram as que menos tiveram o acesso e garantia destas.

Durante as expedições foram entrevistados mulheres e homens, visando compreender a dinâmica das relações de poder dentro do P.A. Florestan Fernandes. Observou-se também a forma como as mulheres se organizam entre si, e os empecilhos encontrados para conseguir firmarem-se como agentes ativas e assumirem cargos de liderança no assentamento. No caso do P.A. Florestan a vice-presidência é a Dona M.C., contudo, estando em um cargo de liderança, não tem

autonomia de tomar decisões no assentamento, segundo ela, só ocupa esse cargo em vista de não haver outra pessoa para pôr no dia em que se firmaram as lideranças.

Dona M.C. afirma que as mulheres são organizadas e que possuem cargos na associação dos moradores, na administração, entretanto, isso não as faz membras ativas politicamente nas decisões que são tomadas para o assentamento. Um exemplo dessa realidade é a própria Dona M.C. que não possui poder de decisão mesmo quando o líder viaja para algum lugar. No dia da expedição o líder do assentamento não estava presente, passando assim automaticamente as decisões para a vice-presidente, no caso a Dona M.C., apesar disso, quando foi questionada a respeito de como funcionava a dinâmica do P.A. e a tomada de decisões, ela informou que nunca tinha tomado uma decisão para o assentamento e que a única coisa que o líder deixava era a ata de posse na associação, os outros documentos ele levava para casa. Na figura 2 vemos as mulheres organizadas realizando a raspagem da mandioca.

**Figura 2:** As mulheres organizadas e realizando a raspagem da mandioca.



**Fonte:** Jordana Louise do Nascimento. 2017

Segundo a Dona M.C. e as outras mulheres, os homens não ajudam nas raspagens das mandiocas porque “são preguiçosos”. Essa função é dita como só para mulheres. O P.A. não possui uma associação de mulheres, em virtude de não haver uma organização interna entre elas, estas não disponibilizam de tempo para se dedicar a associação, de acordo com os depoimentos recolhidos. O assentamento possui uma estrutura para a produção de poupas de suco, porém o

local permanece fechado devido à falta de organização de acordo com a maioria das mulheres entrevistadas, mas segundo a Dona M.C. o local não funciona por causa das brigas internas.

De acordo com a autora Cisne (2013 p. 138), “A falta de poder de decisão, de autonomia das mulheres está, pois, vinculada, ou melhor, determinada pelos imperativos absolutos e os ditames autoritários do sistema patriarcal-capitalista”. É como se as mulheres sempre fossem puxadas para baixo quando têm alguma oportunidade, quando estão se organizando. O fato de usarem como desculpa a falta de tempo para se organizarem e formarem uma associação das mulheres é a prova de que elas estão submetidas a um sistema capitalista que as alienam, fazendo com que passem a desacreditar em sua capacidade de organização.

Apesar das dificuldades socioculturalmente impostas às mulheres do P.A. Florestan Fernandes, elas sempre se organizaram e foram em busca de meios para se manterem independentemente dos seus maridos, mesmo eles tenham a princípio as proibido de trabalhar.

Outra moradora entrevista foi a Dona M.P. de 68 anos, casou-se pela primeira vez com 13 anos, chegou a trabalhar no antigo Engenho Porções, no corte da cana de açúcar, disse que a sua segurança era um cachorro que tinha e a acompanhava durante o trabalho e latia quando alguém se aproximava. Nunca teve a carteira de trabalho assinada pelo antigo proprietário do Engenho, atualmente vive da aposentadoria e da casa de farinha que ela o marido possuem.

Esse fato mostra a precarização no trabalho das mulheres, sem nenhuma segurança e ainda com os “salários” inferiores em relação aos homens. Nenhuma das mulheres entrevistadas tiveram a carteira de trabalho assinada pelo antigo proprietário do Engenho, entretanto todas trabalhavam diariamente junto com os homens.

Mesmo que, trabalhando sem carteira assinada e recebendo vale<sup>4</sup> como pagamento ou invés de salários, existem ainda mulheres que defendem o antigo patrão (antigo dono do Engenho), o Senhor J.L. afirmando que ele era um bom empregador, como é o caso da Dona M.F., ela declara que antigo patrão era muito bom, nas suas palavras – “Mas o patrão daqui era ótima pessoa, ele era um ótimo

---

<sup>4</sup> Vale era a forma como a trabalhadora e o trabalhador recebiam. O vale era considerado como moeda de troca dentro do Engenho Porções e em outros engenhos. Ao receber o vale a trabalhadora e o trabalhador dirigiam-se ao barracão e trocavam o vale por comida.

patrão [...] os moradores que acabaram com o desgraçado do patrão daqui, eu digo, porque nasci e me criei na terra dele. Era uma ótima pessoa, os moradores que acabaram com ele aqui em Porções”. Esse trecho do áudio mostra o processo de alienação, que a mulher está inserida. A figura 3, mostra o local em que o vale era trocado. Hoje o barracão é utilizado como sede do P.A. Florestan Fernandes:

**Figura 3:** Associação do P.A. Florestan Fernandes.



**Fonte:** Jordana Louise do Nascimento, 2017

As mulheres do P.A. Florestan Fernandes, estão em processo de emancipação política e de formação para se organizarem. Contudo, esse rompimento é lento, devido a criação que as elas recebem, a maioria casou-se muito jovem, foram formadas para interagirem apenas com o ambiente domiciliar, e quando trabalham a sua rotina se intensifica, pois, ainda que exerçam a mesma função do homem, elas precisam dar conta do trabalho doméstico.

O processo de alienação se torna mais intensificados nas mulheres, pelo fato de serem criadas em uma sociedade sexistas, em que são consideradas frágeis e incapazes de tomarem decisões. Para a Saffioti (2015 p.37) “O sexíssimo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder”. São essas relações de disputas de poder que tornam as mulheres uma ameaça para os homens e para o Estado, pois as mulheres organizadas romperiam todas as amarras que as prendem, fazendo com que haja um rompimento direto com o modo econômico capitalista.

## 4.2 MULHERES, TERRA E TRABALHO NO P.A. CAJAZEIRAS, EM SERRARIA/PB.

A realidade das mulheres no meio rural, mostra bastante a conjuntura política, a de submissão e o processo de alienação que é imposto a elas. Durante o processo de construção e desenvolvimento do projeto, umas das expedições com destino ao município de Pilões-PB, nos levou a um Projeto de Assentamento Cajazeiras, no qual foram realizadas entrevistas com as/os indivíduos do assentamento, uma das entrevistadas Dona M.S., não soube informar a idade que possui, ela disse que nunca teve como estudar, pois seu pai nunca permitiu, casou muito jovem e teve oito crianças, o seu marido nunca permitiu que trabalhasse, logo a sua vida sempre foi voltada para o domiciliar. Nas figuras 4 temos a Dona M.S.

**Figura 4:** Dona M.S. realizando o trabalho doméstico, lavando a roupa da família.



**Fonte:** Jordana Louise do Nascimento, 2017.

As atividades realizadas pela Dona M.S., e a que grande parcela das mulheres realizam é a de fazer a manutenção do lar, lavando roupas, louça, cozinhando, educando as crianças e ajudando o marido no “roçado”. Contudo, as decisões tomadas na casa são dadas pelo homem. No decorrer da entrevista, Dona M.S., informou que sempre trabalhou com as atividades domésticas, antes era nas casas de famílias, todavia hoje ela não possui um emprego, porque o marido não

permite e por ter duas crianças, um de três anos e outra de seis anos, pois o Estado não oferece uma creche de tempo integral perto de onde mora, logo não tem um lugar para deixar as suas crianças e ir trabalhar. A realidade de Dona M.S. é a mesma de várias mulheres, esses fatos fazem com que elas se distanciem cada vez mais de se tornar a gente ativa do meio em que vive.

A maneira como as mulheres são educadas desde antes de nascerem, fazem com que propaguem a cultura de uma sociedade machista e patriarcal, propiciando que as suas filhas reproduzam o exemplo tido em casa. Ainda segundo Dona M.S. uma de suas filhas, ela não soube informar a idade exata dela, mas disse que a menina teria entre 15 e 20 anos, casou-se muito jovem também e que hoje o seu marido não permite que ela saia de casa para ir visitá-la. São histórias muito semelhantes, das quatro filhas de Dona M.S. três já estão casadas, todas casaram muito jovem e não tiveram oportunidade de estudar. Pode ser observado que a posição da mulher no campo, a submissão e o comodismo que elas são obrigadas a se encaixarem, acabam por tirarem a sua autonomia como uma pessoa jurídica.

Ficando assim a cargo do homem o dever de cuidar e zelar pela mulher, logo ele passa a ter o poder de tomar decisões pela sua companheira. Ainda sobre a entrevista com Dona M.S., ela afirma que quando era solteira trabalhava em casas de famílias, contudo quando se casou, o seu esposo passou a proibi-la de trabalhar e sair para alguns locais, restringindo as suas ações e forçando uma exclusão social, a tornando-a propriedade privada dele. Para a autora Saffioti,

Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família. SAFFIOTI (2013 p.63)

Vivemos em uma sociedade configurada no modo econômico capitalista, em relações de poder, divisão entre as classes e entre os sexos, onde o homem abraça sozinho o poder de tomar decisões, ocasiona um processo de desumanização da mulher, pois elas passam a serem vistas como posse/propriedade, ou seja, transformada em objeto. A vida das mulheres do campo é muito difícil, pois partindo do ponto que o meio rural tem como cultura o patriarcalismo e o machismo, a mulher encontra uma maior dificuldade para romper com as amarras que são impostas.

A autora SAFFIOTI, traz a seguinte concepção:

Como todo território humano não é meramente físico, mas também simbólico, o homem, considerado todo-poderoso, não se conforma em ter sido preterido por outro por sua mulher, nem se conforma quando sua mulher o abandona por não mais suportar seus maus tratos. SAFFIOTI (2015 p.65)

As relações de poder desempenhadas dentro da sociedade que pratica a cultura do patriarcalismo e machismo, mostra bastante a “dominação do território”, pois quando a mulher se torna isenta de tomar decisões ela abre mão de ocupar o seu território, levando em consideração que ela passa a interagir apenas com o território que é permitido pelo homem, no caso ao espaço doméstico. Entendo que o território é construído pelas relações de poder, Saquet e Silva (2008 p.11), afirmam que, “O território é o palco da proliferação do capital, espaço apropriado pelos agentes do capital através da divisão social do trabalho”. Por estes motivos as mulheres são marginalizadas, e precisam lutar em dobro para conquistarem seu espaço no território e nas relações sociais, para chegar ao poder e se tornarem seres ativos do meio em que vivem.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante toda a pesquisa para este trabalho de conclusão de curso, foi possível conhecer na prática a dinâmica da mulher no campo, a sua realidade, além de fazermos uma relação da teoria com a prática. Estes dois elementos serviram enquanto arranjo teórico-metodológico a partir do qual foi possível fazer as primeiras reflexões sobre uma geografia política e crítica dentro da discussão de gênero e de luta pela terra.

Os resultados encontrados permitiram traçar um diagnóstico dos eixos de estudo, em que, já foram observados e analisados dados e informações sociocultural, a luta para se firmarem enquanto pessoas jurídicas e a luta por terra. Assim, podemos constatar durante os trabalhos de campo dois caminhos para pensar a divisão das relações das mulheres e dos homens. O primeiro caminho refere-se ao processo de compreender a vivência das mulheres nos P.As visitados, o segundo caracteriza-se pela identificação encontradas pelas mulheres para se firmarem como pessoas emancipadas politicamente.

A discussão baseada na literatura feminina foi de grande importância para a construção de um pensamento crítico, sobre a formação da sociedade sobre os moldes de pilares patriarcais e machistas, onde o próprio Estado produz essa cultura objetivando apenas o lucro na exploração do trabalho das mulheres. A leitura da literatura Marxista trouxe o questionamento sobre a forma de trabalho e a alienação, levantou também a discussão sobre a luta de classes e os interesses do Estado sobre a submissão da mulher diante a sociedade.

O raciocínio marxista nos possibilita romper as barreiras com conservadorismos ao ser analisado criticamente a subordinação das mulheres. Pois se vamos tratar de rompimento com o sistema cultural patriarcal e sobre a emancipação das mulheres, temos que levar em consideração o rompimento com o modo econômico capitalista, ressaltando a teoria de Karl Marx, dando atenção à discussão sobre a superação da sociedade burguesa, a qual é construída em cima das relações de poder e divisão de classes.

Assim, consideramos que este trabalho de conclusão de curso a partir das pesquisas, possibilitou compreender de melhor forma a dinâmica espacial atual nos P.As Florestan Fernandes e Cajazeiras, bem como observar as dificuldades e as lutas das mulheres. A importância da construção deste trabalho é para compreender as barreiras sociais encontradas pelas mulheres. Pois são elas as trabalhadoras, as que possuem a renda baixa, as mais afetadas pelo sistema econômico capitalista e pelo o modo cultural da sociedade, são as mais exploradas e discriminadas apenas por serem do sexo feminino, e se a mulher for negra esse fato se agrava, e pela classe, e assim sobrevivendo a margem da sociedade.

A vida das mulheres no campo é construída a base de muitas lutas e gritos em busca de uma emancipação política, na qual a sociedade rompa com os padrões impostos pelo capitalismo e propagado com a ajuda da força do Estado, que acaba resultando na opressão das mulheres, impedindo-as de construírem uma concepção política emancipatória. E assim limitando-as apenas a força de trabalho de baixo custo, a qual não questiona.

Ainda discutindo sobre os dados recolhidos durante as expedições realizadas ao local de estudo, a Senhora Dona J.V.S., de 61 anos, em entrevista, afirma que a vida dela sempre foi muito difícil, trabalhou desde criança, e que os problemas enfrentados por ela se tornavam mais intenso devido a sua condição de ser do sexo feminino. Além dessa concepção Dona J.V.S, descreve que com o atual cenário

político, período entre 2016 e 2017, as políticas direcionadas as mulheres no campo e para a reforma agrária vem sofrendo duros cortes, e como consequência ocorre, um atraso no desenvolvimento do assentamento, logo na vida das mulheres.

O fato das entrevistas demonstrarem consciência da sua condição, enquanto sujeito social, mostra um despertar, um novo caminho para a emancipação das mulheres, pois os questionamentos feitos por elas sobre as suas próprias condições, da abertura para uma nova visão, de que a mulher necessita de espaço para crescer e passar a tomar decisões que são de cunho privados a elas. As mulheres nos P.A. estudados ainda estão em processo de uma construção do pensamento político, esse decurso é lento, sobretudo ele já está acontecendo e adentrando dentro das casas das trabalhadoras e dos trabalhadores. A emancipação da mulher enquanto agente ativa e política, é de fundamental importância para a libertação da sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

- AGACINSKI, Sylviane. **Política dos Sexos** (Tradução de Marcia Neves Texeira). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero; Feminismo e Subversão da Identidade**. Trad. Renato Aguiar.- 9º ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2º ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- COLLIN, Denis. **Compreender Marx;** (Tradução de Jaime Clasen). 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- KARL, Marx. **Sobre o Suicídio** (Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella) 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2006. 83p.
- LIMA, Edvaldo Carlos de, AMORIM, Caio Augusto Maciel, THOMAZ JR, Antonio. **Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária na Paraíba: Concepções Teóricas a partir do Trabalho de Campo**. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/212.htm>.
- LOPES Adriana; ZARZAR Andrea (orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária a Experiência Recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.
- MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista** (Trad. Victor Hugo Klagsbrunn). São Paulo: Expressão popular, 2008.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capita: Rumo a uma Teoria da Transição / István Mészáro; tradução Paulo Cezar Catanheira, Sérgio Lessa**. 1.ed. revista. -São Paulo: Boitempo, 2011.
- ROCHA, Ayala. **Elizabeth Teixeira: Mulher da Terra**. 2. ed. – João Pessoa: CCTA, 2016
- ROCHA, Ayala. **Elizabeth Teixeira: Mulher da Terra**. 2.ed.- João Pessoa: CCTA, 2016.
- ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na Pesquisa Qualitativa: Mecanismos Para a Validação dos Resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na Sociedade de Classes**. 3° ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. – 2° ed. – São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

**Salário das Mulheres Permanece 28% Inferior aos dos Homens nos Últimos três anos**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/14187-asi-salario-das-mulheres-permanece-28-inferior-aos-dos-homens-nos-ultimos-tres-anos.html>. Acessado em 07/11/2017.

SAQUET, Marcos Aurelio, SILVA, Sueli Santos. **MILTON SANTOS: Concepções de Geografia, Espaço e Território**. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>. Acessado em 10/10/2017.

STEDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

VELOSO, Renato. **No Caminho de uma Reflexão sobre Serviço Social e Gênero**, In: Revista Praia Vermelha. Estudo de Política e Teoria Social. V.2, n. 4. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.